

Movimentos Sociais e Movimento Estudantil

Renato da Silva Della Vecchia¹

***Resumo:** Esse artigo busca discutir como e em que medida o conjunto de entidades de representação estudantil pode ser considerado movimento social. Para isso analisamos algumas das definições sobre movimentos sociais buscando a partir de seus significados compreender o caráter da mobilização dos estudantes e o porque dele se constituir em movimento social em apenas determinados momentos históricos.*

***Palavras-chave:** Movimento Estudantil; Movimentos Sociais; Ação Coletiva.*

Introdução

Esse artigo busca discutir o caráter do movimento estudantil e sua relação com os movimentos sociais. É bastante comum afirmações que classificam as estruturas de representação estudantil (grêmios estudantis; Diretórios ou Centros Acadêmicos e DCEs, além de UEEs e UNE) como pertencentes a um campo denominado de “Movimentos Sociais”. No entanto, como existe uma variedade muito grande de definições sobre o conceito de movimentos sociais, acreditamos que é necessário antes de mais, discutirmos alguns desses conceitos e ver de que forma as entidades estudantis poderiam ser enquadradas.

Também acreditamos ser necessário diferenciar Movimento Estudantil enquanto processo de mobilização social, de sua estrutura institucional, (representação estudantil), pois nos parece que nem sempre um (movimento estudantil) está presente no outro (representação estudantil).

¹ Professor do programa de mestrado em Política Social da UCPEL, doutor em Ciência Política pela UFRGS. Coordenador do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPEL). Rua Felix da Cunha 412. Pelotas/RS. Email: renatodv@terra.com.br

Algumas tentativas de definição, buscando construir conceitos gerais, os ampliam tanto que ao final não conseguem captar as especificidades que poderiam melhor caracterizá-los. Parece ser o caso da definição de G. Boudon sobre movimentos sociais:

um movimento social pode constituir-se em torno de “interesses” a serem defendidos ou promovidos. Por interesses, não se deve apenas entender a maximização de certas vantagens em matéria de tempo e trabalho, de salário e de renda. Posso interessar-me também pelos sinais de hostilidade de que sou objeto ou de que meus filhos são vítimas na escola porque seu pai é judeu ou um “negro sujo”. Tanto quanto o objeto a que se aplica meu interesse, conta também meu grau de implicação: posso ser vítima de discriminação e, entretanto, resignar-me. (BOUDON, 1993, p. 372).

A partir de seu conceito, enquadram-se diferentes tipos de ação coletiva como sendo movimentos sociais. Ilustra como exemplo tanto os livre-cambistas, que lutavam pela liberdade de comércio, quanto os grupos de pressão ligados aos destiladores de álcool ou aos produtores de tabaco. Ou então aquilo que ele designava como movimentos proféticos, que ia desde o movimento gandhista (pacifista) até outros movimentos religiosos. Incluía também movimentos como o terrorismo russo ou o movimento pela liberdade de portar armas nos EUA.

O próprio autor percebia a abrangência de sua definição, pois para o mesmo “para se perceber a que ponto a expressão ‘movimentos sociais’ é confusa, basta observar que ela designa tanto os grupos de pressão como os movimentos proféticos” (Ibidem, p. 375).

Parece-nos que a preocupação de Boudon está menos presente na definição do que sejam movimentos sociais e mais ligada à defesa do individualismo metodológico como modelo de análise para pensar as ações coletivas. Dentro desse pensamento, os homens agiriam racionalmente buscando maximizar suas

vantagens, até mesmo nas opções ideológicas. Toda a ação coletiva seria uma “orquestração de ações individuais”. Para ele,

é preciso fugir de uma interpretação romântica, que explica a coesão e o entusiasmo dos movimentos sociais pelo carisma de seus dirigentes, pela subjetividade da certeza que os anima, pela originalidade radical de sua mensagem. O mais importante, no entanto, é evitar toda interpretação unilateral, na medida em que os participantes de um mesmo movimento social podem ser movidos, alguns por motivos mais idealistas, outros por motivos mais utilitaristas, outros ainda por motivos mais românticos. (BOUDON, p. 377).

Embora possa parecer um tanto exaustivo, nossa intenção é “percorrer” algumas das principais definições teóricas sobre movimentos sociais para vermos em que medida as mesmas podem servir como modelo explicativo para o movimento estudantil.

A preocupação em definir o que seja movimento social é relativamente nova. Até o século XX, a idéia era vinculada apenas às lutas operárias. Somente com o desenvolvimento da sociologia, notadamente no início do século passado, é que começa a surgir uma atenção especial em relação a esse tema.

Nesse sentido, ao analisarmos as teorias clássicas norte-americanas sobre movimentos sociais, (as chamadas “teorias funcionalistas”), percebemos alguns pontos em comum nas mesmas, embora com suas diferenciações de enfoque. Segundo a classificação de Maria da Glória Gohn, dentro do paradigma clássico norte-americano (funcionalismo), poderemos identificar 5 (cinco) diferentes abordagens. São elas:

1. A Escola de Chicago e os interacionistas simbólicos (Herbert Blumer, Robert Park)

Essa escola se preocupava em ajudar a construir uma reforma social, onde, através da educação e da constituição de leis sociológicas que buscassem entender o sentido das mudanças sociais, poderiam ajudar a envolver os indivíduos em um processo de participação visando à integração social dentro das normas estabelecidas. Para isso era importante a constituição de líderes “positivos”, que ajudassem a diminuir os conflitos e integrar, através de seus próprios exemplos, os indivíduos à sociedade basicamente através de cooperação. As carências sociais em geral eram vistas como os desencadeadores de reações psicológicas no plano individual, mas que por sua vez gerariam tensões na sociedade.

2. Teorias sobre a sociedade de massas (Eric Fromm, Hoffer, Kornhauser)

Em contrapartida, essas teorias viam os movimentos sociais como frutos de ações de massa irracionais, espontâneos e em geral violentos. Normalmente fruto de uma condição social de carência e de uma certa “anomia”. Enfim, era o resultado de uma exclusão de indivíduos do ponto de vista político, social e econômico que geraria uma reação através de uma atuação política “desviante” em relação aos valores tradicionais da sociedade.

3. Abordagens sociopolíticas (Lipset e Rudolf Heberle)

Nessa abordagem, contextualizada no período da Guerra Fria, os movimentos sociais são melhor definidos através de alguns critérios como consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade. Tinham como função a formação de uma vontade comum e a constituição de elites

políticas. Ao mesmo tempo, seria um sintoma de questionamento da ordem social vigente, e nesse sentido amplia a tal ponto a definição que inclui o próprio nazi-fascismo dentro desses critérios. Finalmente, entende os movimentos sociais como perigos à ordem social e frequentemente vinculados a regimes políticos autoritários e totalitários. Ou seja, novamente a busca da integração social é a fórmula para resolver o “problema”, que seria constituído pelos movimentos sociais.

4. Comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo (Parsons, Turner, Killian e Smelser)

Mesmo que considerando suas diferenciações internas, as mesmas preocupam-se com um certo comportamento psicológico na ação dos indivíduos. Com Parsons, os movimentos seriam fruto de momentos de inquietação e crise social, onde os costumes estariam se “afrouxando” na sociedade; ou de uma forma um pouco mais estruturada, Turner e Killian viam os movimentos como ações coletivas estruturadas e com perspectiva de continuidade visando promover ou resistir à mudanças da estrutura social, garantindo uma organização que deveria prever estratégias, objetivos e divisão de funções na busca de seus interesses. Estes, no entanto, entendem os movimentos sociais como aqueles que estão buscando a constituição de novas normas para a sociedade e não concordam que os movimentos sociais sejam necessariamente portadores de ações irracionais ou de cunho emocional. Por fim, a abordagem de Smelser, considerada uma das mais completas sobre o tema dentro desse paradigma, coloca os movimentos sociais dentro da definição mais ampla de comportamentos coletivos, identificando no caso dos movimentos sociais o que ele denomina de “comportamentos coletivos não-convencionais”. Novamente vemos a idéia de que seriam respostas às tensões estruturais e esforços coletivos para mudar normas e valores, normalmente desenvolvidos ao largo de grandes períodos. Também tem como objetivo a busca de uma integração social, como as demais correntes funcionalistas.

5. Teorias organizacionais-comportamentalistas (Selznick, Gusfield, Messinger)

Essa corrente, embora não tivesse uma elaboração clara sobre movimentos sociais, busca no estudo sobre a burocracia das organizações (Weber e Michels), uma resposta a essa forma de organização coletiva. Estabelecem três tipos de movimentos sociais: os de classe, em que a própria denominação já o define; os de status, voltados para alcançar ou manter privilégios de grupos sociais; e os chamados “expressivos”, relacionados a descontentamentos, mas sem um claro horizonte, menos objetivos em suas definições e buscas.

Em geral, as teorias funcionalistas possuem em comum uma série de características, em que pese suas especificidades e contribuições individuais. No entanto todas apresentam um caráter conservador no que tange a constituição de uma idéia negativa de movimentos sociais. Determinadas características são fortes nesse paradigma: uma preocupação com as ações institucionais e uma preocupação ou crítica às ações não-institucionais. Em geral, os movimentos são vistos como resultados de insatisfações com a estrutura social, seja em função de questões econômicas (classe), cultural (modernização da sociedade) ou outros. Enfim, são respostas psicológicas dos indivíduos diante de mudanças ou de estruturas sociais que não conseguiam incorporar todos. O conceito liberal de democracia é visto dentro do funcionalismo como o espaço adequado para o encaminhamento de reivindicações e de busca de espaços políticos pelos indivíduos. Os movimentos que questionassem a legitimidade desses espaços eram vistos, portanto, como anômicos ou como frutos de uma irracionalidade antidemocrática.

Enfim, dentro desses paradigmas, o estudo dos movimentos sociais de alguma forma está comprometido na medida em que o “ideal” funcionalista é a própria extinção dos mesmos; é a preocupação com a institucionalização e canalização de demandas para as estruturas constituídas (ou a serem criadas),

mas que de alguma forma “acomodem” as demandas para que os movimentos não sejam mais necessários.

Na continuidade ao funcionalismo, e de alguma forma como superação de alguns de seus limites, surge a teoria da Mobilização de Recursos (MR), que teve em Olson seu principal impulsionador e ao mesmo tempo representa seu “núcleo duro”. Essa concepção rejeita a visão funcionalista de movimentos sociais como quebra das normas sociais e passa a estudá-los na condição de grupos de interesses. Centra-se na avaliação dos recursos disponíveis, seja do ponto de vista da infra-estrutura e financeiro, seja do ponto de vista da disponibilização de recursos humanos. Ou seja, os movimentos coletivos seriam fruto de circunstâncias históricas onde surgem oportunidades políticas, ao mesmo tempo que haveria a disponibilidade de estruturas materiais e humanas dispostas a defender coletivamente os interesses. Nessa concepção não há diferenciação da atuação de movimentos sociais, partidários ou apenas de grupos de interesse específicos. Todos se comportam da mesma forma, dentro de uma lógica de mercado em disputa, independente da concepção ou fins do movimento. Parte do pressuposto de que os agentes agiriam sempre racionalmente, a partir de cálculos de custo e benefícios buscando atingir determinados fins.

As “Teorias da Mobilização de Recursos”, embora constituam um avanço em relação ao funcionalismo clássico, ainda contém alguns limites decorrentes das concepções anteriores, como a negação do papel das ideologias, valores e culturas próprias dos grupos em ação. As ações de questionamento de padrões da ordem estabelecida eram vistas apenas como reivindicações dentro do ideário liberal.

Mais do que uma definição sobre movimentos sociais, até mesmo em função da amplitude da mesma - mais voltada ao conceito de ações coletivas do que de movimentos sociais -, a preocupação dessa teoria é a de analisar o papel da burocracia, (vista aqui no sentido positivo), e dos recursos humanos e materiais como importantes instrumentos que possibilitam a eficácia da ação. Nesse sentido ela é útil para pensarmos algumas

debilidades advindas de características próprias do movimento estudantil, características essas que de certa forma colaboram para que em geral a ação das entidades estudantis fique restrita a questões secundárias ou até mesmo meramente burocráticas.

Dentro da perspectiva de mobilização de recursos, podemos apontar como alguns dos motivos para a dificuldade de mobilização dos estudantes (comparando com outros setores), o caráter transitório e rotativo de suas direções e de sua própria base social, que na média, ao menos no nível universitário, estão inseridos em cursos de quatro a cinco anos; a cooptação de lideranças estudantis a mecanismos de progressão acadêmica e futura inserção no mercado de trabalho (recursos humanos, lideranças); e a falta de recursos materiais que possibilitem a ação política (no caso brasileiro, o fim da meia entrada em espetáculos e cinemas a partir da exclusividade das carteiras de identidade estudantil expedidas pelas organizações estudantis), e em alguns casos até mesmo uma dificuldade de ação junto à base social em função de diferenças políticas que se situam não no plano da realidade e luta local, mas sim no plano mais geral das diferenças partidárias.

Outros autores ligados à Mobilização de Recursos buscaram aperfeiçoar esse paradigma, como Zald e McCarthy, que procuraram introduzir o conceito de micromobilização junto às análises macroestruturais, ou Klandermans e Woolfson, que acrescentaram a importância das redes de relações sociais existentes como fatores de auxílio aos movimentos sociais. Outros, como Clarence Y. H. Lo destacaram a importância das comunidades étnicas como fatores que impulsionaram mudanças políticas. Ao mesmo tempo, demonstrando um claro viés ideologizado, para ela a exclusão não poderia ser vista como geradora dos movimentos sociais na medida em seria um fenômeno proveniente de um período pré-capitalista. Outros, como Anthony Oberschall, conseguem distinguir os conceitos de comportamento coletivo do de movimentos sociais, o que normalmente não aparece nem nos funcionalistas nem dos autores ligados à Mobilização de Recursos. Segundo Oberschall,

os comportamentos coletivos são episódicos e incomuns, enquanto que os movimentos sociais são permanentes e articulados em larga escala. A poucos anos atrás, a ocupação da Reitoria da UNB, e posteriormente da USP, foram apontados como elementos reaglutinadores das mobilizações estudantis no país. Parece-nos, nesse caso, que o que houve está mais próximo ao conceito de comportamentos coletivos, mesmo que impulsionados por estudantes. Outros processos acontecidos no Brasil como a campanha das Diretas Já ou o Impeachment de Collor, não poderiam ser vistos como movimentos sociais, mas sim impulsionados pelos mesmos, visto não possuírem as condições mínimas para que possam ser assim definidos (continuidade no tempo, articulação permanente de lideranças, etc).

Outro representante desse paradigma é Charles Tilly, que busca articular a importância da ideologia e das crenças ao conceito de oportunidade de interesses. Tilly procurou analisar, sob a ótica histórica, de que forma as transformações nas condições históricas também transformava os tipos de mobilizações sociais. Embora tivesse contribuído para uma certa superação das análises iniciais da MR, ainda ficou preso a esse paradigma marcado pelo individualismo metodológico, embora visto por alguns como uma espécie de transição para os autores ligados à teoria da “Mobilização Política”.

A teoria da Mobilização Política, através de seus diversos defensores, vai buscar romper com o individualismo metodológico e introduzir outros elementos na análise, como a cultura, ideologia, crenças e valores, normalmente negligenciados até então. Aproximou-se das teorias denominadas de “Novos Movimentos Sociais”, de origem européia, e que buscavam uma explicação para além das condições estruturais necessárias para a eficácia das ações coletivas. Resgatou elementos da análise marxista, principalmente as análises de conjuntura e de estrutura como pano de fundo para o entendimento do contexto em que os movimentos agiam e se relacionavam. Também buscou entender a influência que a mídia

exercia sobre as lutas sociais e a opinião pública, já que também a questão simbólica passou a ser analisada. Nesse aspecto é importante a contribuição de Gamson e seu conceito de pacote ideológico. O autor procura entender os processos de difusão dos movimentos sociais pela mídia, bem como os significados e interpretações dos fatos, já que é através da mídia que os movimentos sociais se colocam no campo da política pública. Se lembrarmos o processo de Impeachment de Collor e a forma como a mídia divulgou o chamado “fenômeno dos carapintadas”, poderemos perceber o forte conteúdo ideológico que questionava os que na época eram denominados “dinossauros” da política. Em determinado momento daquele processo, a direção da UNE chamou uma paralisação de um dia, levantando um conjunto de bandeiras políticas contra o sucateamento das universidades e as privatizações. Os editoriais dos principais jornais impressos do país e do televisionado Jornal Nacional (Rede Globo de Comunicação) criticaram veementemente a tentativa de “polítizar” um movimento que era, segundo a mídia, apenas pela “moralidade na política”, como se o elemento político-ideológico não estivesse presente em todo o processo desencadeado.

Procuramos, desde o início, analisar a forma como as concepções sobre movimento social poderiam “enquadrar” (ou não) o movimento estudantil enquanto tal. Percebemos, no entanto, que não é possível a constituição desse enquadramento, mas apenas buscar “laços” entre as diversas concepções e aspectos presentes no movimento estudantil, pois qualquer opção por uma ou outra construção teórica que possa melhor dar conta de explicar determinado movimento social, sempre será uma definição arbitrária. Afinal, existem diferentes movimentos sociais, inseridos em diferentes conjunturas e estruturas econômicas, sociais e culturais. Também a própria construção de teorias sempre irá partir de diferentes referências no que tange à concepções ideológicas ou até mesmo leituras da realidade.

Maria da Glória Gohn, nas considerações finais de seu livro “Teorias dos Movimentos Sociais”, em que pretendia fazer

um apanhado geral das concepções sobre movimento sociais, deixa um alerta;

Dado o objetivo principal do livro, o de ser uma reconstituição das teorias dos movimentos sócias, seria um despropósito querer finalizá-lo com alguma síntese única ou com a proposta de um modelo de teoria geral e universal. Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim, como não há uma só concepção para o que seja um movimento social (GOHN, p. 327).

Nesse sentido, ainda sentimos algumas lacunas a ser preenchidas, como o caráter das lutas estudantis, sua sazonalidade, etc. Quanto ao caráter das lutas dos movimentos sociais, acreditamos que Touraine consegue dar uma resposta satisfatória.

Para Alain Touraine, sociólogo francês ligado aos Novos Movimentos Sociais, e neo-marxista para outros, três elementos centrais são constitutivos da ação coletiva, incluído aí os movimentos sociais. São eles: a classe, a nação e a modernidade. Mesmo rompendo com algumas concepções marxistas, como por exemplo no que diz respeito à determinação da classe operária como principal agente de transformação social, Touraine ainda utiliza a referência de classe para analisar os movimentos sociais. Em alguns de seus escritos vai além, afirmando que todo movimento social é um movimento de classe, mesmo que de caráter nacional e anti-capitalista ou que esteja voltado à modernização da nação: o conteúdo de classe sempre estará presente no mesmo. Analisando especificamente a América Latina, avalia que as lutas anti-coloniais ou anti-capitalistas são centrais na configuração dos movimentos sociais.

O continente latino-americano produziu uma forma específica de ação política e social que combina lutas ou reivindicações sociais de um lado, e protestos ou lutas antiimperialistas, de outro. Não as associou (...) pois

somente as combinou mantendo a autonomia de cada uma, graças ao aparecimento de um terceiro objetivo político, que serve como intermediário entre os dois primeiros. Os latino-americanos combinaram lutas de classes e lutas nacionais, associando-as à construção da integração social, cultural e política de cada país. (TOURAINÉ, p. 147)

Com uma perspectiva parecida, Antoine Griset e Marx Kravetz, elaboraram o texto intitulado “Sindicalismo Revolucionário e Movimentos Revolucionários nos Movimentos Estudantis”, analisam as lutas estudantis do final da década de 50 e início da década de 60. Antes, portanto, do período 67/68, quando o movimento estudantil chegou a abalar algumas estruturas de poder no mundo, a exemplo da luta dos estudantes cubanos contra o governo Fulgêncio Batista, dos estudantes argelinos contra a ocupação francesa (com apoio da juventude francesa), dos estudantes vietnamitas contra a intervenção norte-americana e outras experiências. Os autores já haviam percebido que essas lutas nacionais, dentro de um quadro mais geral em suas sociedades, de lutas anti-capitalistas, também estavam integradas à luta de classes das sociedades em questão.

Sob esse aspecto é importante que analisemos o período de 1968. Muitas vezes quando surge o debate sobre estudantes nesse conturbado período, momento em que efetivamente a mobilização dos estudantes pode ser percebida como um movimento social importante na conjuntura da época, fica a idéia de que o chamado “maio francês” foi o grande catalisador das lutas no mundo inteiro. A bem da verdade é necessário que façamos uma diferenciação em relação aos estudantes na França e Brasil. Talvez pudéssemos até mesmo estender essa diferenciação entre as lutas na Europa e em outros continentes, notadamente na América Latina. Mas ficando apenas na relação Brasil-França, algumas questões são importantes de serem identificadas. Em primeiro lugar as mobilizações e os confrontos dos estudantes com a polícia no Brasil iniciaram antes da França,

portanto não houve uma “cópia” em relação a esse país. Em segundo lugar, mesmo que em algum momento nos dois países esse tipo de movimento tenha adquirido uma conotação anti-capitalista, em sua origem tinha reivindicações bastante diferenciadas. Enquanto que na França questionava-se basicamente valores culturais (alojamentos mistos) e buscava-se uma modernização e democratização das estruturas universitárias, a partir de uma base social pequeno burguesa, o que ocorria no Brasil tinha um outro sentido. A luta em, primeiro lugar, era pelo próprio direito ao estudo, na medida em que pouquíssimos estudantes de segundo grau conseguiam vagas nas universidades. A principal base de sustentação do movimento estudantil nesse período era constituído pelos secundaristas. O segundo grande grupo que se dispôs a enfrentar a repressão era constituído por universitários pobres que buscavam na assistência estudantil condições para continuar seus estudos. O Calabouço, restaurante universitário e casa de estudantes no Rio de Janeiro, onde seis mil estudantes almoçavam diariamente, foi o grande espaço articulador das lutas estudantis cariocas, que posteriormente tiveram adesão dos estudantes em outros estados. Os jovens cariocas, em sua grande maioria, não poderiam continuar estudando com seus próprios recursos se o Calabouço fosse fechado, como era a intenção do regime e como efetivamente aconteceu posteriormente. Era, portanto, a própria sobrevivência e possibilidade de estudar que impulsionou o movimento. Com a repressão generalizada que existia no Brasil e com o clima de radicalização política que já estava se consolidando, foi possível a adesão de outros estudantes na luta contra a ditadura militar. Mesmo que para uma parcela importante desses não tenha sido a questão econômica o elemento propulsor da mobilização, mas sim os ideais de liberdade da juventude da época. Por fim, os acordos MEC-USAID, feitos com os EUA, e a percepção que o regime militar assumia claramente uma posição de subserviência ao capital externo, gerou um conteúdo antiimperialista e de defesa dos

interesses nacionais - caráter de luta analisado por Touraine, como vimos acima.

Além das diferenças de conteúdo, utilizando uma análise de Bourdieu, podemos perceber que existe uma condição social da juventude que se diferencia do resto da sociedade. Para ele existe um “tempo” e um “espaço” próprio dos estudantes, que não tendo compromissos como família e emprego, como estão pouco inseridos em uma sociedade formalizada e com rigor na relação com o tempo, os jovens passam a se relacionar de uma forma diferenciada com esses elementos. Essa análise é importante para percebermos, por exemplo, porque os estudantes em determinados momentos assumiram uma posição de vanguarda até mesmo em relação aos partidos políticos e sindicatos. A base destes era composta basicamente por pessoas inseridas no mercado de trabalho, por pais de família que tinham a necessidade de preservar seus empregos como forma de manutenção da estrutura familiar. No entanto, precisamos perceber que essas questões se apresentam de forma diferenciada se compararmos, por exemplo, a base social (de classes) dos estudantes franceses e estudantes brasileiros.

No que diz respeito a uma certa sazonalidade das lutas estudantis, acreditamos que dois fatores devem ser analisados. Em parte, Tarrow, que tinha uma concepção que se situava de forma intermediária entre os teóricos da Mobilização Política e os ligados aos Novos Movimentos Sociais, traz o conceito de “ciclos de protestos”. Ou seja, não podemos esperar que exista um processo de luta e de mobilização de forma contínua. As ações coletivas são episódicas, centradas nos ativistas e normalmente as decisões são tomadas nos próprios momentos das lutas. Essa é uma fase onde existe uma agudização de conflitos e a disputa se intensifica. São os momentos de “pico”, onde surgem novas lideranças, novas organizações e podendo até mesmo haver um redirecionamento das mobilizações e significados. Ainda para Tarrow, o estágio inicial de um movimento, suas alianças imediatas e futuras e o sucesso, ou não, na mobilização, é que irá determinar os estágios futuros de um

movimento. Nesse momento surge um outro conceito, o das “oportunidades políticas”. É a possibilidade de abertura de novas possibilidades políticas (articulado ao conceito de mobilização de recursos existentes) que poderá dar um outro rumo ou elevar a um novo patamar as lutas desencadeadas até então.

O segundo aspecto diz respeito ao problema da especificidade das lutas ou da fragmentação das mesmas.

Quando nos reportamos aos clássicos do pensamento marxista (incluindo aí Marx, Lênin, Rosa, Trostsky, Mao e Gramsci), detectamos em linhas gerais algumas premissas básicas comuns a todos (ou quase todos). A de que é necessário ir além da simples observação da realidade, buscando a transformação social com a eliminação da sociedade de classes. A idéia é a de que a luta de classes é o elemento propulsor dessa transformação e que, portanto, deve ser o “motor” ou o centro das demais lutas sociais. Estas transformações ou lutas não surgem espontaneamente, (ou quando surgem não conseguem romper o imediato) e, portanto, é necessário a existência de uma “vanguarda”.

É comum, e de certa forma generalizada, a crítica aos referenciais marxistas. As críticas são amplas, mas no que tange ao debate sobre movimentos sociais, as mais comuns se referem à subordinação das diversas lutas sociais à luta de classes existente na sociedade. Ou seja, a não-percepção de especificidades das lutas que não estão diretamente relacionadas à questão das classes. Ou mesmo quando é percebido (como é o caso do feminismo), as questões específicas são vistas como problemas secundários. Outra crítica é quanto à defesa do proletariado na condição de portador das transformações sociais.

Como não é objeto desse artigo, não entraremos com maior profundidade nesse debate. No entanto, em que pese o reconhecimento da justeza de certas críticas, é necessário que também seja reconhecido alguns elementos presentes no marxismo e que são importantes no debate sobre movimentos sociais.

Para começar, a própria idéia de movimentos sociais é decorrente do processo de luta de classes. Se é verdade que não podemos caracterizar todos os movimentos como decorrentes desse tipo de antagonismo, também é verdade que as lutas sociais e políticas sempre estão dentro de contextos onde as classes estão permanentemente interagindo e influenciando a conjuntura e a estrutura social. Para Décio Saes, por exemplo,

Só quando a categoria estudantil se limitasse estritamente a perseguir objetivos puramente corporativos é que se poderia dizer que, na verdade, ela estaria num estado de apoliticismo e não seria o veículo de um movimento de classe. Neste caso, a ação da categoria estudantil deixaria de vincular mais claramente um conteúdo de classe (SAES, 1978. p. 51).

O segundo aspecto é que o marxismo, diferente de outros paradigmas, como o funcionalismo, por exemplo, tem um compromisso explícito com o processo de transformação social, e não apenas com a observação da realidade, o que coloca muitos movimentos sociais no mesmo campo de lutas que o marxismo.

Em terceiro lugar é a crítica (que entendemos verdadeira), de que as simples lutas e mobilizações específicas por parte dos movimentos sociais, sem um objetivo estratégico comum à demais setores também explorados, não consegue chegar a resultados satisfatórios. Pode levar a um processo tão pulverizado que não consiga chegar a nenhuma transformação social. Se formos analisar a absurda proliferação de dezenas de milhares de ONGs apenas no Brasil, boa parte delas se constituindo como uma “terceirização” do próprio Estado ou então substituindo os movimentos sociais, poderemos perceber o resultado dessa fragmentação.²

² Sobre as ONGs, especialmente seu desenvolvimento nas décadas de 1980-1990 como alternativa para a desconstrução dos movimentos

A crítica ao corporativismo e ao limite da atuação de muitos movimentos é bastante presente entre os diversos pensadores ligados aos movimentos sociais. Segundo Paul Singer,

Seria importante, por outro lado, que os movimentos sociais, além de formular reivindicações imediatas, se preocupassem em definir também programas máximos, ou seja, o elenco de medidas econômicas, sociais e políticas que teriam que ser adotadas para que houvesse plena satisfação de suas demandas. Esse tipo de preocupação é importante para alargar as perspectivas desses movimentos, de modo a ultrapassar o imediatismo das reivindicações que visam primordialmente a aliviar situações prementes de penúria. Se esta discussão fosse levada às bases, ela permitiria sua conscientização a respeito do caráter inevitavelmente limitado das concessões obtidas em comparação com o seu eventual preço político. Sem esta conscientização das bases, há sempre a possibilidade de que elas venham a se desinteressar da luta tão logo algumas vitórias parciais sejam conquistadas (SINGER, p. 222-223).

Por fim, a questão da vanguarda ou do papel das lideranças está presente em quase todas as concepções sobre movimentos sociais. Entretanto, não só em função do peso que o conceito de “vanguarda” tem no marxismo, mas particularmente em Lênin, porque durante muito tempo as lideranças do movimento estudantil em nosso país se guiavam por modelos leninistas de organização, achamos conveniente analisar o papel que esse modelo teve no movimento estudantil.

Na concepção liberal, a idéia de liderança normalmente é individual. Pessoas que por alguma qualidade se destacam dos

sociais, ver: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

demais e passam a se constituir enquanto referências para o grupo. Mesmo que exista esse tipo de liderança, um movimento social ou até mesmo outros tipos de organizações políticas que se pretendam permanentes, não podem ficar à mercê da possibilidade, ou não, do surgimento de lideranças individuais, até mesmo em função de que o processo de mobilização e estratégia normalmente são coletivas. Nesse caso, portanto, o conceito de vanguarda necessariamente é um conceito que envolve um tipo de liderança coletiva.

Para Lênin, a idéia de vanguarda está ligada à questão do partido (ou organização revolucionária, distinção que não é necessária fazermos nesse momento). Fundamentalmente porque o partido (ou organização) é quem possui uma visão de totalidade da realidade e uma estratégia global de transformação social. As vanguardas, portanto, atuam nos diversos campos da sociedade civil a partir de um projeto comum de transformação social.

Esse modelo foi adotado em diversos países pós-revolução russa, inclusive no Brasil e no próprio movimento estudantil.

Marialice M. Foracchi, em um estudo intitulado “O Estudantes e a Transformação da Sociedade Brasileira”, datado de 1965, já percebia a importância estratégica do trabalho partidário entre os estudantes como mecanismo eficiente para a estruturação do trabalho no movimento estudantil. Para ela, “a politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário” (FORACCHI, 227).

a vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas, se sustém como vanguarda. Daí, talvez, o caráter inconsistente e circunstancial da sua atividade de politização da massa (...) o divórcio existente entre a cúpula estudantil e a base, expressa, nessas condições,

não só a passividade de massa, sua inércia diante de qualquer esforço de comunicação, mas, sobretudo, a precária cobertura que os grupos políticos nacionais oferecem à vanguarda estudantil, o que revela, por sua vez, uma característica da atuação desses grupos, primordialmente, preocupados em concentrar seu esforço em setores estratégicos do plano nacional e totalmente despreocupados em renovar suas bases (FORACCHI, p. 232)

Quando Marialice escreveu esse texto estava se referindo aos “partidos acadêmicos” da época (1965) como sendo: a Juventude Universitária Católica (JUC); a Ação Popular (AP); juventude dos PCs (PCB e PC do B), além da Política Operária (POLOP, surgida em 1962). Como vimos na citação anterior, de certa forma já fazia uma crítica à falta de atenção que essas organizações vão dar ao movimento estudantil em função da questão nacional. No entanto, com o recrudescimento do regime militar e a participação ativa que os estudantes vão ter a partir de 1967, novamente essas organizações vão dar uma atenção especial ao movimento estudantil, só que a partir de 1968 com novos agrupamentos, decorrentes de cisões do PCB (ALN, MR-8; DI; PCBR, etc). Não só as organizações políticas davam sustentação (até armada) a ações de estudantes, como no próprio Congresso de Ibiúna (que caiu em função da repressão), os estudantes receberam a visita de Marighella, líder principal da ALN e procurado número um da Ditadura. Claro que a atenção dada ao movimento estudantil tinha objetivos distintos. Enquanto que para alguns (principalmente para a ALN) era um celeiro de recrutamento de quadros, para outros (os chamados massistas), os estudantes tinham um papel central na mobilização contra a ditadura.

Depois da derrota da geração que partiu para a luta armada, em função de diversos fatores que precisam ser melhor explorados em outro momento, a partir do final dos anos 70 começa a surgir novas mobilizações estudantis. Inicialmente a

partir de encontros nacionais de cursos e posteriormente na reorganização das entidades estudantis, esse processo de reaglutinação teve em seu centro um conjunto de organizações políticas, onde algumas atuavam dentro da legalidade do MDB e outros grupos que mantiveram sua existência clandestina sem uma atuação legal. A dificuldade, em alguns casos gerada pela impossibilidade de atuação legalizada, fez com que essas organizações buscassem no movimento estudantil uma atuação que ao mesmo tempo conseguisse criar um espaço de mobilização da sociedade e que contribuísse na formação de quadros políticos. As chamadas “tendências estudantis” eram, na realidade quase que organizações para-partidárias. Viração, Unidade, Refazendo, Libelu, Peleia, Trabalho, Avançando, Caminhando e diversas outras, muitas delas de caráter regional ou local, tiveram um papel fundamental na rearticulação do movimento estudantil.

Embora no Brasil o movimento estudantil tivesse sido construído basicamente pelas classes médias, o tipo de luta política que ele encaminha muitas vezes vai além de suas perspectivas de classe.

Jovens procedentes das diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes. Essa é uma das contradições das sociedades estruturadas em termos da democracia burguesa. Nelas o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo (IANNI, 1968, p. 226).

Octávio Ianni também analisa a partir de quais elementos esse processo se constitui. Para ele,

é o proletariado que fornece aos membros de outras classes as possibilidades de compreensão das condições e tendências de existência social. É a situação típica da

classe operária que abre possibilidades à consciência social, tanto dos próprios membros como de elementos de outras classes. (IANNI, 1968, p. 236).

No entanto, ao analisarmos o movimento estudantil hoje, é importante notarmos que a questão da vanguarda está colocada de uma forma diversa. Em geral - com exceções, como no caso de algumas direções de entidades gerais que se constituem enquanto “aparelhos” políticos - a maioria das entidades (notadamente as entidades de base), mesmo as gerais (DCEs), não possuem nenhum vínculo partidário. Isso, que poderia ser visto como positivo, na medida em que permite uma maior autonomia da ação estudantil, possui sua contrapartida naquilo que Foracchi já identificava.

A organização de partidos acadêmicos, a disputa de áreas de influência, a manipulação de técnicas de envolvimento são aspectos primordiais que devem ser considerados na investigação da ação política do jovem (FORACCHI, 1977, p. 228).

A relação existente entre partidos políticos e movimento estudantil (e até mesmo incluindo outros movimentos sociais na mesma perspectiva), é diferente dos períodos anteriores. Enquanto que as tendências estudantis se preocupavam em definir linhas políticas, formar quadros dirigentes e em muitos casos até mesmo garantir a autonomia política do movimento, a relação estabelecida atualmente, em geral é pragmática em dois sentidos. De parte dos partidos políticos existe uma perspectiva de ampliar suas bases eleitorais (note-se que em geral não é nem mesmo uma preocupação em garantir bases políticas). Por sua vez, da parte de algumas lideranças estudantis, a participação no mesmo o ajuda a se credenciar enquanto liderança partidária (os denominados “capas”). O que secundariza a preocupação com a construção de projetos mais globais, bem como com a

estruturação de movimentos autônomos capazes de organizar lutas mais gerais.

Por fim, (e até mesmo em função das debilidades apresentadas anteriormente), o movimento estudantil tem dificuldades para pensar projetos globais de sociedade, e até mesmo de universidade. Diferentemente do passado, quando as plataformas eram exaustivamente debatidas, como a participação ou não nos órgãos colegiados; autonomia universitária, auto-gestão, democratização, federalização das privadas, etc., o debate atual fica na defensiva e busca se estruturar a partir de ações vindas de outros setores sociais (cotas, processo de avaliação das universidades, PROUNI, etc.).

De qualquer forma, não podemos deixar de lado o fato de que os movimentos não criam as condições necessárias para sua atuação, precisam, isso sim, das chamadas oportunidades políticas, além da articulação dos recursos existentes. Nesse sentido, além dos problemas apresentados anteriormente, da falta de recursos materiais e da falta de oportunidades políticas, o contexto histórico que passamos dificulta não só a atuação do movimento estudantil, mas o conjunto de ações coletivas. Para alguns, o processo de globalização, para outros a lógica pós-moderna que leva ao individualismo, para outros ainda o modelo neoliberal que leva à desarticulação do Estado e da sociedade civil. Seja o enfoque que quisermos observar, a realidade é que o processo de mobilização social em geral vive uma crise bastante grande. Crise essa que afeta o movimento estudantil a tal ponto que ameaça até mesmo a sua existência enquanto movimento social, na medida em que enfrenta adversidades que o impede de pensar projetos globais, seja na perspectiva de nação ou de modernização (até porque a perspectiva de classe há muito tempo já foi abandonada).

Por fim, nossa intenção com a introdução desse debate é explicitar a concepção que entendemos como a mais adequada, a de que o movimento estudantil não é necessariamente um movimento social por si só. Ele tanto pode ser considerado como

tal em determinados momentos e a partir de certas condições históricas, como pode não sê-lo.

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, H; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1985

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo. Editora Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **O Tempo e o espaço no mundo estudantil**. In BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da Juventude: Os Movimentos Juvenis*, vol. IV. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1964.

FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977, 2ª edição.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola, 1997.

GRISSET, Antoine e KRAVETZ, Marx. **Sindicalismo e Movimento Revolucionário Nos movimentos estudantis**. In BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da Juventude: Os Movimentos Juvenis*, vol. IV. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.

IANNI, Otávio. **O Jovem Radical**. In: In BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da Juventude: Da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Vol. I. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.

SADER, Emir. (org.). **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo. Cortez Editora M 1987.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). **São Paulo: O povo em movimento**. Petrópolis. Editora Vozes Ltda em co-edição com CEBRAP, 1980.

Recebido em 24/10/2011 e
aceito em 28/11/2011

***Title:** Social movements and student movement*

This paper discusses how and to what extent the group of student representative entities can be considered a social movement. To this end, we analyze some of the definitions of these social movements attempting to comprehend from its meanings the character of student mobilization and the reason why it can be considered a social movement in only given historical moments.

***Keywords:** Student Movement; Social Movements; Collective Action.*